

LA-2355

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
BIBLIOTECA CENTRAL

O DEFICIENTE VISUAL E A BIBLIOTECA CENTRAL DA UEL:
RELATO DE EXPERIÊNCIA

Dirce Missae Suzuki Fernandes

dircef@uel.br

Izabel Maria de Aguiar

bel@uel.br

Universidade Estadual de Londrina.

Biblioteca Central - Divisão de Circulação

Campus Universitário – CP. 6001 Cep. 86051-990

Londrina – PR - Brasil

INFOBILA

O DEFICIENTE VISUAL E A BIBLIOTECA CENTRAL DA UEL:

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Resumo: Apresenta relato de experiência do atendimento oferecido aos deficientes visuais da Biblioteca Central da UEL. Sugere formas de atuação e a importância do profissional da informação em estar preparado para o atendimento diferenciado.

Palavras chaves: deficiente visual, bibliotecas-cegos, bibliotecário-deficiência visual

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade relatar a experiência desenvolvida na Biblioteca Central da UEL, quanto ao atendimento prestado aos portadores de necessidades especiais, no caso, os deficientes visuais.

Apresentamos aspectos considerados importantes, relativos a nossa experiência, a metodologia adequada no atendimento diferenciado e da existência de serviços especiais para os deficientes visuais, respeitando suas necessidades e características diferenciadas.

"Quem é o deficiente visual entre nós? 'O cego é um ser normal, é apenas portador de uma deficiência.' 'Eles precisam, apenas, demonstrar que possuem a mesma capacidade para participar do desenvolvimento sócio-econômico cultural' (...)

"Atualmente a situação não se apresenta dessa forma. principalmente no que diz respeito a legislação". (...)

"Mas o que se observa é que existe uma contradição entre o discurso e a realidade vivida pelo deficiente."

(Rabello, 1989, p. 40)

Um dos maiores entraves na integração do deficiente visual na sociedade reside, muitas vezes, no ceticismo sobre a sua capacidade. É preciso uma postura de credibilidade frente a esta questão.

Apesar das dificuldades, principalmente de ordem material e de recursos humanos, algumas instituições de ensino superior no Brasil, estão interessadas e empenhadas em trabalhar na área de deficiência visual, mas a burocracia ainda afeta algumas atividades específicas relacionadas ao portador de deficiência visual, como a movimentação no espaço físico e o acesso à informação escrita através da leitura.

Sendo a biblioteca uma instituição voltada para suprir as necessidades informacionais da comunidade, é fundamental que ela não se omita perante o problema, procurando estruturar seus serviços e estendê-los ao deficiente visual, participando assim, do processo de resgate do mesmo para a sociedade.

O DEFICIENTE VISUAL

Segundo definição da Secretaria de Educação Especial, deficiência visual *"é a perda ou redução total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica"*. (Brasil, 1994, p.16). Ou seja, a deficiência visual é a incapacidade total ou a diminuição da capacidade de ver, provenientes da imperfeição do sistema visual ou do próprio órgão da visão.

Distinguem-se dois tipos: os portadores de cegueira e os portadores de visão subnormal (reduzida).

"Cegueira: é a perda total e/ou resíduos mínimos de visão, que leva o indivíduo a necessitar do "Sistema Braille", como meio de leitura e escrita, além de outros equipamentos específicos para o desenvolvimento educacional e integração social.

Visão subnormal: trata-se da pessoa que possui resíduo visual que a possibilita ler impressos a tinta, de forma ampliada, ou com o uso de equipamentos específicos".

(Tibola, 19-, p.21)

Tanto o portador de cegueira total, como o de visão subnormal carecem de recursos didáticos especiais, para garantir suas possibilidades de desenvolvimento e participação na sociedade.

A Política Nacional de Educação Especial serve como fundamentação e orientação ao processo de educação de pessoas portadoras de deficiências, de condutas típicas e de altas habilidades, criando condições adequadas para o desenvolvimento de suas potencialidades, com vistas ao exercício consciente da cidadania.

2 O DEFICIENTE VISUAL E A EDUCAÇÃO

O interesse pela educação do cego vem desde o século XVIII, quando em 1784 o educador francês Valentin Haüy (1745-1822), considerado o "Pai da educação dos cegos", criou um método oficial de leitura para cegos.

Charles Barbier de la Serre, em 1822, imaginou outro sistema, de sinais em relevo, que serviria mais tarde, de base para o invento de Braille.

Em 1829 em primeira versão e aprimorada em 1837, Louis Braille (1809-1852) criou o sistema que obteve seu nome, oferecendo aos cegos a possibilidade de terem ao seu alcance toda literatura escrita. Esse sistema consiste em transcrever os livros para um alfabeto de leitura táctil que seja decodificado pelo deficiente visual.

Segundo Masini (1993, p.75)

"as universidades de países do Primeiro Mundo dispõem de diferentes recursos para uso de seus estudantes deficientes visuais, tais como: gravação de livros, livros computadorizados para cegos, livros e manuais em disquetes para impressão em braille, disquetes com tipos ampliados para os que não podem ler o tipo de imprensa de tamanho standard. Contam também com serviços de voluntários que atendem aos portadores de deficiência como leitores voluntários."

As necessidades materiais para o deficiente visual incluem a falta de estrutura física para acesso aos diversos locais, a falta de investimentos públicos para melhoria das suas condições básicas e materiais didáticos não adaptados para o seu uso.

Segundo Bruno (1999, p.128)

"a falta de investimentos em recursos humanos, em pesquisa educacional e de acesso a tecnologias e equipamentos específicos que assegurem educação qualitativa são fatores determinantes na área da deficiência visual."

A lei n.º 7.853 de 24 de outubro de 1989, determina que pessoas portadoras de deficiência visual e parcial devem ser integradas à sociedade através do trabalho, para que possam exercer sua cidadania.

3 APOIO DA INSTITUIÇÃO

3.1 Comissão Permanente de Apoio aos Alunos Portadores de Deficiência - CODE

Ciente de que o acesso a educação e à informação pode significar uma forma de contribuição ao desenvolvimento humano, a UEL tem procurado dar apoio, capacitando recursos humanos, visando o apoio físico e psicológico aos deficientes.

Em abril de 1997, a UEL, através do CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, considerando a Constituição Federal, em seu artigo 208, que "*dispõe que é dever do Estado garantir o atendimento educacional a portadores de necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino*", criou a Comissão Permanente de Apoio aos Alunos Portadores de Deficiência - CODE.

A CODE tem como objetivo:

"prestar atendimento educacional especializado a alunos portadores de deficiência física, sensorial, distúrbios psicológicos, pedagógicos e doenças crônicas para proceder avaliação pluridimensional dos casos com finalidade de orientação e encaminhamento".

(Resolução 1.786/91)

Está vinculada administrativamente à CAE - Coordenadoria de Assuntos de Graduação, e academicamente, aos Colegiados de Curso.

É formada por uma comissão multidisciplinar permanente, constituída por:

- 2 (dois) representantes do Núcleo de Bem Estar da Comunidade, sendo 1 (um) da área de Médica e 1 (um) da área de Serviço Social;
- 1 (um) representante do Departamento de Educação;
- 1 (um) representante do Departamento de Psicologia Social e Institucional;
- 1 (um) representante da Coordenadoria de Assuntos de Ensino de Graduação - CAE.

A CODE tem competência específica para:

- analisar e avaliar casos relativos a dificuldades de ordem pessoal e de barreiras sociais, físicas e arquitetônicas;
- indicar encaminhamentos e sugestões de recursos internos e externos da instituição;
- acompanhar a evolução dos casos para constante avaliação e providências;

- manter os colegiados de cursos informados sobre o desenvolvimento dos casos, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de ações pedagógicas apropriadas;
- dar parecer em processos acadêmicos dos discentes atendidos, quando submetidos às instâncias superiores da Universidade;
- entrar em contato com as famílias dos discentes atendidos, quando necessário;
- encerrar o atendimento de casos quando o interessado não cumprir as orientações e convocações da CODE.

Os servidores da UEL portadores de necessidades especiais também podem ser atendidos pela CODE, visando a integração dos mesmos nos ambientes de trabalho.

Desde a sua criação, a CODE já atendeu aproximadamente 200 alunos portadores de deficiências. Entre estes, 04 deficientes visuais, nos seguintes cursos:

- 1 (um) do curso de Educação Física;
- 1 (um) do curso de História;
- 1 (um) do curso de Ciências Sociais;
- 1 (um) do curso de Fisioterapia;

3.2 Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

A comunidade que frequenta a Biblioteca Central da UEL é composta por alunos de graduação, pós-graduação, docentes e técnicos-administrativos e usuários externos (alunos de 1º e 2º graus, pesquisadores, alunos de outras instituições de ensino, etc.), possuindo uma frequência média de 2.800 usuários por dia.

O acesso às coleções é livre a toda comunidade, sendo o empréstimo domiciliar efetuado somente aos membros da comunidade universitária.

Tendo como missão divulgar a informação a todos, fornecer suporte informacional e documental ao ensino, pesquisa e extensão, a Biblioteca Central tem se preocupado também com um segmento minoritário da universidade - o deficiente visual - possibilitando-lhe acesso à informação e ao conhecimento.

A Biblioteca Central oportuniza o atendimento dos deficientes visuais internos e também externos, disponibilizando sua coleção em braille e fitas gravadas.

Segundo OCHAITA & ROSA (1995, p.194)

"o acesso à informação escrita, por parte dos cegos, pode ser feito de diferentes maneiras, através do optacon, através de fitas cassete em velocidade normal ou acelerada, ou utilizando os recursos oferecidos pelas novas tecnologias da informática. Porém, o sistema mais utilizado atualmente e que comprovou amplamente sua eficácia é o Braille."

A formação da coleção braille da Biblioteca Central data de 1996, com a formalização de inscrição de Leitor com a Fundação Dorina Nowill para Cegos. Através desta inscrição como Organização Leitora, a Biblioteca Central passou a receber doações e empréstimos de material em braille e fitas gravadas. Esta ação surgiu da necessidade de servir como mecanismo alimentador a uma categoria diferenciada, carente de informação bibliográfica.

A coleção em braille da Biblioteca Central é formada por: 27 títulos (82 exemplares) de livros em braille, em diversas áreas; 02 títulos (10 fascículos) de periódicos; 248 títulos (657 exemplares) de fitas cassete gravadas.

As obras em braille estão disponíveis para consulta e empréstimo, e estão alocadas provisoriamente na sala de empréstimo, para facilitar o acesso, visto que a Biblioteca Central não dispõe de espaço adequado para armazenagem dessa coleção.

A Biblioteca Central oportuniza o atendimento aos deficientes visuais internos e também externos, disponibilizando sua coleção em braille e fitas gravadas.

A aquisição do software DOSVOX, sistema operacional totalmente falado, com editor, gerenciador de arquivos e um teste de teclado para que o cego possa identificar todas as teclas, ocorreu em 1997, através da CODE, e foi instalado na Divisão de Referência, visando melhorar a qualidade do atendimento a esta categoria.

A Biblioteca Central não possui as estruturas necessárias no que se refere a acervo, espaço físico e atendimento especializado ao deficiente visual, mas oferece os seguintes serviços: empréstimo de livros e revistas em braille; empréstimo de fitas gravadas (livro falado); e atendimento à pesquisa no local. Também disponibilizamos funcionários para locomoção de deficientes visuais das dependências da Biblioteca Central, para outros órgãos e locomoção ao transporte coletivo.

A Biblioteca Central tem ciência que os deficientes visuais necessitam de materiais especiais como: computador e periféricos como sintetizador de voz, impressora braille, softwares educativos e utilitários para ajudar a minimizar as barreiras entre o deficiente visual e o conhecimento impresso em tinta.

Por sua vez, os bibliotecários devem estar conscientes de que o problema maior não é prover informação para o deficiente visual e sim criar condições acessíveis para que ele se interesse e venha utilizar os serviços e produtos oferecidos pelas bibliotecas.

As atividades dos bibliotecários para com os deficientes visuais, não devem se constituir em ações isoladas. Devem envolver a participação de outros organismos que lidam com a problemática da deficiência visual para fortalecer o trabalho das bibliotecas voltadas para esse fim.

4 SUGESTÕES/RECOMENDAÇÕES

Quanto às recomendações no atendimento ao deficiente visual, damos algumas sugestões básicas, baseadas na literatura e comprovadas em nossa experiência na biblioteca.

- *"ao estar em contato com portadores de deficiente visual, aja sempre com naturalidade;*
- *fale com o deficiente visual em tom natural, pois ele tem condições de ouvir e compreender;*
- *chame um deficiente visual sempre pelo nome. Isso ajuda a identificá-lo;*
- *ao guiar uma pessoa cega, basta deixá-la segurar-se em seu braço, pois o movimento de seu corpo dará a ela uma orientação mais segura;*
- *ao encontrar-se ou despedir-se de uma pessoa cega, dê-lhe a mão. O aperto de mão substituirá o sorriso;*
- *se estiver conversando com um deficiente visual e for afastar-se, avise-o, para que ele não continue falando sozinho;*
- *avise-o também quando retornar."*

(Tibola, 19-, p. 23)

A biblioteca deve estar preparada para

"atuar como instrumento para o avanço da Educação Especial, em um país como o nosso, em que o direito à educação é assegurado em lei, quer para a dita criança normal, quer para a excepcional"

(Pereira, 1997, p. 68)

Este preparo inclui:

- fornecer material didático especializado ou adaptado;
- prover a biblioteca de recursos físicos e materiais para o acesso do aluno: sinais sonoros de trânsito, rampa, mobiliários, equipamentos e materiais adaptados, piso antiderrapante, área espaçosa que permita boa locomoção, dentre outros;
- prestar apoio pedagógico especializado ao aluno deficiente visual;
- divulgar, implementar e orientar quanto ao uso de equipamentos e materiais especiais;
- prestar orientação aos profissionais envolvidos no atendimento ao aluno portador de deficiência visual;
- estabelecer parcerias com outros órgãos de prestação de serviços para o desenvolvimento de ações conjuntas;
- desenvolver pesquisas para melhor conhecer as necessidades dos deficientes visuais;

- capacitar e apoiar recursos humanos para o atendimento aos portadores de deficiência visual.

Este trabalho não tem a pretensão de ditar normas ou apontar soluções quanto ao atendimento prestado pelo profissional da informação ao deficiente visual. Mas, somada nossa experiência aos conhecimentos levantados em bibliografias, nos permitimos apresentar uma proposta visando sanar as necessidades de informação do deficiente visual em nossa sociedade e que sirva de base para reflexão, iniciando-se, portanto, uma discussão sobre os serviços de informação oferecidos ao deficiente visual.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial* : livro 1. Brasília : SEESP, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. *Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial* : área de deficiência visual. Brasília : SEESP, 1995.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Educação especial : em busca de redimensionamento e construção coletiva. *Série Estudos* : periódico de mestrado em educação da UCDB, v.7, p.114-130, abr. 1999.

CARMO, Apolônio Abadio do. *Deficiência física : a sociedade brasileira cria, "recupera" e discrimina*. Brasília : Secretaria dos Desportos do Paraná, 1991.

CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1, 1998, Londrina. *Anais ...* Londrina : UEL, 1998.

ESTEVES, Thereza Maria Sotto-Maior. O setor Braille da Biblioteca Pública de Minas Gerais " Prof. Luís de Bessa". *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.4, n.2, p.273-277, set. 1975.

FERREIRA, Marcos Ribeiro; BOTOMÉ, Sílvio Paulo. *Deficiência física e inserção social : a formação dos recursos humanos*. Caxias do Sul : EDUCS, 1984.

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA. Rio de Janeiro : Enciclopédia, 19-. v.3, p.17.

- MARQUES, Vítor Alberto da Silva. Problemas e perspectivas no acesso à informação para cegos. *Boletim ABDF*. Nova Série, Brasília, v.7, n.3, p.40-42, jul./set., 1984.
- MASINI, Elcie F. Salzano. A educação do portador de deficiência visual - as perspectivas do vidente e do não vidente. *Em Aberto*, v.13, n.60, p.61-76, out./dez. 1993.
- MASINI, Elcie F. Salzano. *O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados*. Brasília : CORDE, 1994.
- MERIZIO, Tércia M. *Necessidades informacionais dos deficientes visuais do CEAD - Londrina e as condições necessárias para a realização de um trabalho com os mesmos*. Londrina, 1999.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Estadual de Londrina.
- MOURA, Eneida Terezinha. *O deficiente visual da cidade de Porecatu: problemática do acesso à informação*. Londrina, 1989.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Estadual de Londrina.

- NAGAHAMA, Maria Cristina. O deficiente visual e a biblioteca Braille. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v.19, n.1/4, p.5-17, jan./dez. 1986.
- NOVI, Rosa Maria. *Orientação e mobilidade para deficientes visuais*. Londrina : Cotação da Construção, 1996.
- OCHAITA, E.; ROSA, A. Percepção, ação e conhecimento nas crianças cegas. In: COLL, César ; PALÁCIO, Jesus ; MARCHESI, Álvaro (Orgs.). *Desenvolvimento psicológico e educação*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1995. v.3, cap.12, p.183-197.
- PEREIRA, Marília M. Guedes ; CHAGAS, Paulo da Silva. Gerenciamento do serviço Braille na Biblioteca Central da UFPB em Bibliotecas Universitárias : relato de uma experiência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18, 1997, São Luís do Maranhão. *Anais ... São Luís do Maranhão* : COLLECTA, 1997. v.3, p.107-114.
- PERSPECTIVAS Multidisciplinares em educação especial. Londrina : EDUEL, 1998.

PUPO, Deise Tallarico ; VICENTINI, Regina Aparecida Blanco. A
integração do usuário portador de deficiência às atividades de
ensino e pesquisa : o papel das bibliotecas virtuais. In:
CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS,
10, 1998, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza : UFC, 1998. (disquete).

RABELLO, Odílio Clark Peres. O deficiente visual e a Biblioteca
Pública estadual "Luiz de Bessa". *Revista da Escola de
Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v.18, n.1, p.39-60,
mar. 1989.

TARGINO, Maria das Graças. Um alerta para os portadores de
deficiência visual. *Informação & Informação*, Londrina, v.3, n.2,
p.68-69, jul./dez. 1998. Resenha.

TIBOLA, Ivanilde. M., (org.). *Pessoa portadora de deficiência:
integrar é o primeiro passo*. Curitiba : SEED, 19-.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. *Resolução CEPE n°
32/97*. Londrina, 1997.

ZULETA, Belarmina Cardons ; OSÓRIO, José Tibério.

Estabelecimento de um servicio de informacion para invidentes y limitados visuales. *Revista Interamericana de Bibliotecologia*, v.15, n.2, p.109-110, jul./dec.,1992.